



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A linguagem das mulheres no âmbito privado e a limitação do uso público de sua razão:

uma comparação entre Kant e Wollstonecraft
Monique Hulshof

Como citar: HULSHOF, M. A linguagem das mulheres no âmbito privado e a limitação do uso público de sua razão: uma comparação entre Kant e Wollstonecraft. *In:* HULSHOF, M.; MARQUES, U. R. de A. (org.). **A linguagem em Kant. A linguagem de Kant.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 185-198.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7249-010-8.p185-198>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 8.

A LINGUAGEM DAS MULHERES NO ÂMBITO PRIVADO E A LIMITAÇÃO DO USO PÚBLICO DE SUA RAZÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE KANT E WOLLSTONECRAFT

Monique HULSHOF

Na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant oferece algumas considerações sobre a especificidade das mulheres no que diz respeito ao uso da linguagem. Ele atribui ao sexo feminino “eloquência”, “loquacidade” e poder de persuasão por meio da “sensibilidade” ou da “comoção”. Com essa descrição, Kant parece estabelecer uma certa superioridade das mulheres em relação aos homens. Ele afirma que, através do discurso, elas são capazes de dominar os homens no âmbito doméstico: com suas palavras “sensíveis e comoventes”, conseguem submetê-los às regras da sociedade familiar.

<https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7249-010-8.p185-198>

Conforme espero demonstrar, no entanto, essa aparente superioridade no uso da linguagem insere-se em uma compreensão sexista da mulher, a partir da qual Kant defende a inferioridade física e intelectual do sexo feminino e sua submissão aos homens tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito civil. Pretendo examinar as observações de Kant sobre a linguagem das mulheres, para elucidar dois pontos importantes. Em primeiro lugar, explicitarei como a forma de expressão pela linguagem que, para Kant, caracteriza as mulheres baseia-se em uma concepção teleológica da natureza que as define como *frágeis e medrosas*. Em segundo lugar, argumentarei que Kant se vale dessa concepção teleológica da natureza para restringir o discurso das mulheres à esfera doméstica. Devido à constituição peculiar de sua natureza, elas são caracterizadas como incapazes de fazer uso da linguagem para tratar de questões civis, portanto incompetentes para o debate público. Kant nega desse modo que as mulheres possam fazer uso público da razão e as coloca na condição de menoridade civil natural e permanente.

Não são raras as tentativas de defender Kant contra suas afirmações sexistas. Muitos argumentam que o filósofo reproduz as ideias de seu tempo, e que seria injusto, ou pelo menos anacrônico, criticar suas afirmações machistas a partir de perspectivas contemporâneas, ligadas a questões de nossa época. Antes que esse argumento seja mais uma vez levantado, gostaria de propor, ao longo do texto, uma comparação da concepção kantiana sobre a linguagem das mulheres com a compreensão apresentada por Mary Wollstonecraft em seu livro de 1792, *Reivindicação sobre os direitos da mulher*. A relação entre Kant e Wollstonecraft pode ser traçada a partir de um interlocutor comum que marca suas posições filosóficas sobre a mulher com muita clareza: Jean-Jacques Rousseau. Pretendo mostrar que Kant reproduz algumas das afirmações sobre as mulheres feitas por Rousseau no quinto livro do *Emílio ou sobre a educação*, ao passo que Wollstonecraft assume posição crítica, contrapondo-se diretamente aos argumentos ali apresentados.

I. KANT SOBRE A FRAQUEZA DO CORPO FEMININO E A LINGUAGEM CARACTERÍSTICA ÀS MULHERES

Na seção da *Antropologia* dedicada ao “caráter do sexo”, Kant apresenta um quadro em que as mulheres parecem ocupar uma posição de superioridade em relação aos homens. Afirma que a natureza empregou “mais arte na organização da parte feminina do que da masculina”, dotando as mulheres de “inclinações sociais” que as tornam capazes de dominar os homens tanto para a “comunidade sexual” quanto para a manutenção da “união doméstica”. Estabelecendo um jogo de dominação entre os sexos, no qual cada um deles tem de ser superior à sua maneira, Kant afirma que os homens naturalmente dominam as mulheres por sua “força” e “coragem”; já as mulheres, por serem dotadas de uma constituição “fraca” e “medrosa”, têm de possuir outro instrumento para dominar o sexo oposto. É nesse quadro que Kant introduz a especificidade das mulheres quanto ao uso da linguagem:

O homem é mais fácil de investigar, a mulher não revela seu segredo, ainda que não guarde bem o de outros (devido à loquacidade). Ele ama a *paz do lar* e se submete de bom grado ao regimento dela, simplesmente para não se ver estorvado em seus afazeres; a mulher não teme a *guerra doméstica*, em que ela combate com sua língua, e em vista da qual a natureza lhe deu **loquacidade** <*Redseligkeit*> e **eloquência carregada de emoção** <*affektvolle Beredheit*>, que desarmam o homem. (AA VII 304).

De acordo com Kant, diferentemente da situação no estado de natureza, em que o sexo feminino se encontra submetido pela força ao masculino, no estado civil são dadas as condições para que as mulheres encontrem no uso da linguagem uma forma de dominar os homens. A natureza concede às mulheres loquacidade e eloquência, para que possam vencer e persuadir os homens mediante um discurso emotivo e comovente. No estado civil, elas desenvolvem a capacidade de agradar em público e com seu “gosto” e “charme” conseguem mostrar-se vantajosas aos olhos dos homens conquistando-os de modo a garantir e manter o matrimônio.

A característica de agradar e conquistar os homens por meio da fala e dos gestos é atribuída por Kant às mulheres com base em um prin-

cípio teleológico da natureza. Segundo esse princípio a natureza é sábia e institui a organização das mulheres tendo em vista dois fins específicos: a “conservação da espécie” e “o cultivo e refinamento da sociabilidade” (AA VII 305).

Sem oferecer qualquer justificação ou explicação para tal princípio, Kant afirma que a natureza, com o propósito de conservar a espécie, constitui a mulher como “fraca” e “medrosa”¹. Como ela tem a função de carregar o embrião que dará continuidade à espécie, seu corpo é frágil e um instinto de proteção faz com que ela tenha medo de ferimentos corporais e outros perigos. Essa constituição natural torna as mulheres fisicamente dependentes dos homens, que podem protegê-las com sua força. Por outro lado, afirma Kant, as mulheres precisam exigir dos homens essa proteção, uma vez que estes possuem uma constituição rude e bruta, logo têm de ser dominados pelas mulheres e convencidos a manter a comunidade doméstica.

Nesse sentido, o propósito de conservação da espécie é complementado pelo segundo propósito da natureza que consiste em cultivar e refinar a sociabilidade. Tendo em vista esse segundo propósito, a natureza concede ao sexo feminino o poder de usar a linguagem para persuadir os homens a protegê-las e a manter a sociedade doméstica. A loquacidade e a eloquência na linguagem, portanto, são atribuídas por Kant às mulheres como uma forma de compensação de sua fragilidade física.

Assim, Kant confere às mulheres um papel fundamental na constituição da sociabilidade. São elas que possuem, mediante inclinações naturais, as habilidades discursivas e gestuais necessárias para exigir dos homens o decoro, o domínio de suas próprias inclinações e o refinamento. Elas conquistam o sexo masculino pelo agrado, conduzindo os homens ao comportamento suave e cortês. Para Kant, as mulheres contribuem dessa maneira para a formação do gosto e até mesmo para a constituição de uma aparência de moralidade. Ele afirma que as mulheres levam o homem “não

¹ No artigo “The problematic status of gender-neutral language in the history of Philosophy : the case Kant”, Kleingeld ressalta a obscuridade da relação que Kant traça entre “a biologia (o sexo) e as capacidades racionais” (p.138) e afirma que esta relação com a biologia torna impossível considerar que em sua concepção as diferenças entre os sexos seriam “contingentes ou meramente culturais” (p.135).

precisamente à moralidade mesma, mas àquilo com que se veste, a decência moralizada, preparação e exortação àquela” (AA VII 306).

Mediante essa reconstrução das afirmações presentes no “caráter do sexo”, importa ressaltar, em primeiro lugar, que para Kant a especificidade da linguagem das mulheres é estabelecida unicamente com vistas ao casamento, ou seja, à comunidade sexual e social entre os sexos. Por possuírem uma constituição física limitada, ou seja, por terem o corpo frágil, as mulheres desenvolvem a linguagem emotiva em busca da proteção masculina, que garantirá a possibilidade de procriação. Em segundo lugar, cabe notar que para Kant essa capacidade de agradar por meio da fala e dos gestos não é ensinada às mulheres. Trata-se pelo contrário de uma inclinação natural: as mulheres não são loquazes e comoventes na conversação porque são educadas para isso na interação social, mas apenas desenvolvem as disposições para a sensibilidade na linguagem e para a conversação agradável que já haviam sido atribuídas a elas pela finalidade da natureza.

A essa caracterização da linguagem das mulheres como linguagem sensível, agradável e comovente podemos acrescentar ainda as considerações de Kant sobre a predominância, no sexo feminino, da sensibilidade sobre o intelecto. Na seção das *Lições de Antropologia* Busolt dedicada à “faculdade do conhecimento sensível em oposição à faculdade do entendimento”, Kant faz a seguinte comparação entre as mulheres e as crianças:

Crianças e mulheres são tomadas por sensíveis. – O entendimento das crianças faz os primeiros ensaios com a sensibilidade. Uma prova nítida disto é que as crianças obtêm mais facilmente conceitos através de gravuras em relevo [*Kupferstiche*] – O sexo feminino sempre deve sensificar mais os seus conceitos, porque as mulheres ultrapassam a apresentação sensível em todas as peças graças à sua natural boa disposição de ânimo [*Natürlichen Herzens*]. A preponderância da sensibilidade também ocorre no homem comum. Ele é usualmente impedido de usar o entendimento. Quanto maior for a sensibilidade, menor será o entendimento. (AA XXV 1445).

Para Kant, portanto, as mulheres possuem entendimento. No entanto, o uso da capacidade intelectual, nelas, é mais limitado do que nos homens, porque sua compreensão vincula-se de maneira mais intensa à

sensificação dos conceitos. Kant parece sugerir aqui a limitação da capacidade intelectual das mulheres para o pensamento abstrato. Essa observação acerca da preponderância da sensibilidade em relação ao entendimento presente nas *Lições Busolt* é suprimida na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Não obstante, considerando-se as observações presentes nas seções sobre as “fraquezas da mente na faculdade de conhecer” e sobre as “enfermidades da mente”, podemos notar que Kant mantém sua posição sobre o assunto. Na seção sobre as “fraquezas da mente” ele compara mais uma vez as mulheres às crianças, afirmando que embora possam ter um entendimento sadio, possuem uma deficiência em seu uso, o que as obriga a serem sempre representadas por um tutor em questões legais ou civis. Essa limitação, que existiria nas mulheres, do uso de entendimento por conta da predominância da sensibilidade também é claramente sugerida na seção sobre as “enfermidades da mente”:

Amênia (amentia) é a incapacidade de colocar suas representações tão-somente na conexão necessária para a possibilidade da experiência. Nos manicômios, o sexo feminino é, devido **a sua loquacidade**, o mais sujeito a essa enfermidade, a saber, as mulheres intercalam tanta coisa de sua viva imaginação naquilo que estão contando, que ninguém compreende o que querem verdadeiramente dizer. (AA VII 215).

Podemos concluir que, para Kant, a linguagem das mulheres no âmbito privado também está ligada ao predomínio da sensibilidade. Ele considera que elas são muito afetadas pela imaginação e pelas inclinações, o que dificulta o uso de seu entendimento para o conhecimento abstrato e para conceber princípios de caráter universal que não estejam imediatamente ligados a seus interesses privados.

II. A CRÍTICA DE WOLLSTONECRAFT A ROUSSEAU: A PERVERSIDADE DO SISTEMA EDUCACIONAL

Essas considerações feitas por Kant em sua *Antropologia* ecoam as observações sobre a diferença entre os homens e as mulheres introduzidas no quinto livro de *Emílio ou sobre a Educação*. Ali, Rousseau defende que a diferença entre os sexos atende aos fins da natureza, que atribui a cada um

deles uma “destinação particular”. A desigualdade entre as mulheres e os homens não seria portanto uma “instituição humana” ou do “preconceito”, mas obra da natureza — e da razão —, que atribui às mulheres a destinação de fazer filhos e a responsabilidade de cuidar deles (ROUSSEAU, 1995, p. 428-429).

Assim, para Rousseau a primeira diferença assinalável entre os sexos consiste em que “um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco: é necessário que um queira e possa, basta que o outro resista pouco. Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar o homem” (ROUSSEAU, 1995, p. 424). A partir do estabelecimento dessa desigualdade natural entre homens e mulheres Rousseau sustenta que estas devem ser educadas de maneira diferente dos homens. Se possuem uma constituição física fraca, seu corpo não deve ser educado para ser forte, mas para agradar e seduzir os homens. Da mesma forma, seu espírito, correspondente à constituição de seu corpo, deve voltar-se para a satisfação do sexo masculino:

Toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, 1995, p. 433).

Nesse quadro que descreve como fundamental a função da mulher de contribuir para a sociabilidade, a linguagem é apresentada por Rousseau como um dos principais talentos do sexo feminino para agradar. Ele afirma que “o talento para falar ocupa o primeiro lugar na arte de agradar”. Por isso, “as mulheres têm a língua fácil, falam mais cedo, mais desembaraçadamente e mais agradavelmente do que os homens” (ROUSSEAU, 1995, p. 446).

De acordo com Rousseau, esse talento para a conversação no âmbito privado está certamente ligado ao cultivo do espírito e da razão. Todavia, a razão do sexo feminino tem uma constituição distinta da razão do sexo masculino. A mulher possui uma razão mais simples que a do homem, na medida em que não é apta para a generalização de ideias e para a abstração. Noutros termos, o intelecto das mulheres não tem compe-

tência para “as investigações sobre as verdades especulativas e abstratas, os princípios e axiomas das ciências – em poucas palavras, tudo o que tende a generalizar as ideias” (ROUSSEAU, 1995, p. 463). Pelo contrário, no sexo feminino a razão volta-se inteiramente ao particular, o que confere às mulheres grande capacidade de observação de detalhes e sutilezas:

Uma mulher, que é **fraca** e não vê nada exterior, aprecia e julga os móveis que pode empregar para suprir sua fraqueza e esses móveis são as paixões dos homens. Sua mecânica é mais forte do que a nossa, todas as suas alavancas vão abalar o coração humano. Tudo o que o seu sexo não pode fazer por si mesmo, e que lhe é necessário ou agradável, é preciso que ela tenha a arte de fazer com que o queiramos; cumpre pois que ela estude a fundo o espírito do homem, e não por abstração o espírito do homem em geral, mas o espírito dos homens que a cercam, o espírito dos homens a que está sujeita, ou pela lei ou pela opinião. É preciso que aprenda a penetrar os sentimentos deles pelos seus discursos, por suas ações, por seus olhares, por seus gestos. É preciso que por seus discursos, por suas ações, por seus olhares, por seus gestos ela saiba dar-lhes os sentimentos que agradam a eles, sem sequer parecer pensar nisso. (ROUSSEAU, 1995, p.463).

Nota-se, portanto, que as considerações de Rousseau sobre o uso da linguagem pelas mulheres são muito semelhantes aos argumentos de Kant examinados acima. A mulher é apresentada como um ser naturalmente frágil. Por isso precisa desenvolver um mecanismo de dominação dos homens mediante os afetos. Um dos principais expedientes desse mecanismo consiste no uso da linguagem, sobretudo na conversação. Além disso, Rousseau e Kant se assemelham ao sustentar que a fragilidade “natural” das mulheres conduz a uma limitação de seu intelecto. Para ambos, elas não têm a capacidade para o raciocínio abstrato.

Ora, enquanto Kant se limita a reproduzir e reforçar várias das afirmações sobre as mulheres apresentadas no *Emílio*, Mary Wollstonecraft empenha-se, exatamente na mesma época, em criticar radicalmente as justificativas oferecidas por Rousseau para estabelecer a desigualdade entre os sexos.

Primeiramente, observe-se que, ao contrário de Kant — que reproduz a justificativa rousseauniana da submissão das mulheres argumentando que sua fraqueza corporal limita o uso de suas capacidades intelec-

tuais —, Wollstonecraft faz uma crítica dura à perversidade do sistema de educação para as mulheres vigente em sua época. Em sua *Reivindicação dos direitos da mulher* (WOLLSTONECRAFT, 2016), defende que as mulheres têm a mesma capacidade intelectual que os homens, mas que seu entendimento se encontra em uma condição degradante devido à negligência de sua formação ou instrução. Wollstonecraft procura mostrar como a conduta dos pais e a administração das escolas restringe a educação das mulheres, principalmente impede desenvolvimento do raciocínio abstrato, obrigando-as a desenvolver exclusivamente a beleza, a sensibilidade e a conversação agradável.

Ainda que conceda inicialmente que a natureza tenha constituído o corpo das mulheres mais fraco do que o dos homens, Wollstonecraft argumenta que a debilidade física do corpo feminino é acentuada socialmente. As meninas são obrigadas a se vestirem com roupas que limitam seu movimento, são obrigadas a ficar sentadas por horas para cuidar de suas bonecas e ouvir as conversas das mulheres, porque são impedidas de sair de casa e de correr livremente como os meninos. Dessa maneira, sofrem uma deformação em seus corpos. A imposição das noções de beleza e delicadeza proíbe o movimento dos corpos femininos e o crescimento de seus membros, tornando seus músculos debilitados e sua constituição física enfraquecida. Em contraposição às recomendações de Rousseau acerca da educação das mulheres Wollstonecraft (2016) afirma:

Para preservar a beleza pessoal – a glória das mulheres! – os membros e as faculdades são comprimidos com as piores faixas chinesas, e a vida sedentária que elas são condenadas a levar, enquanto os meninos divertem-se ao ar livre, enfraquece os músculos e relaxa os nervos. Quanto aos comentários de Rousseau, que há muito têm encontrado eco em vários escritores, sobre a inclinação natural delas – ou seja, que existe desde o nascimento, independentemente da educação – para bonecas, trajés e conversas, são tão pueris que não merecem uma refutação séria. É, de fato, bastante natural que uma menina, condenada a permanecer sentada durante horas, ouvindo a tagarelice ociosa de amas débeis ou assistindo à toalete de sua mãe, tratará de se juntar à conversação [...]. (p.65).

A isso Wollstonecraft acrescenta que é absurdo e muito pouco filosófico por parte de Rousseau presumir que as meninas sejam natural-

mente coquetos devido a um impulso para propagar a espécie. Elas não possuem uma tendência natural para a conversação e para o agrado, mas são estimuladas a isso por uma educação inapropriada.

Wollstonecraft defende que o cultivo da fragilidade corporal da mulher tem como resultado a limitação do uso do entendimento. A fragilidade e a dependência corporal impostas pelos homens causa fragilidade e dependência mental, que torna as mulheres submissas e obedientes aos homens. Como não são educadas para pensar e refletir por si mesmas, mas apenas para agradá-los, as mulheres se submetem a todas as decisões masculinas, sem questionamento algum. Assim, Wollstonecraft argumenta que são os homens que impedem a educação das mulheres para o pensamento abstrato ou para a generalização de ideias, com o intuito de mantê-las dependentes e submissas não apenas no âmbito doméstico, mas também no âmbito civil.

III. O ESCLARECIMENTO DAS MULHERES: A LIMITAÇÃO DE USO PÚBLICO DE SUA RAZÃO

A compreensão que Kant apresenta em sua *Antropologia* sobre as características do sexo feminino com base em um princípio teleológico da natureza tem consequências importantes para sua concepção de Esclarecimento. Ainda que argumente que as mulheres tenham eloquência e loquacidade suficientes para dominar os homens na esfera privada, garantindo assim a manutenção da comunidade doméstica e os primeiros passos para o cultivo e o refinamento da sociabilidade, Kant exclui as mulheres de qualquer função na esfera pública.

Assim como em seus opúsculos políticos — como “Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento?” e “O que significa orientar-se no pensamento?” —, na *Antropologia* Kant insiste em diversos momentos na importância da comunicação dos pensamentos e da liberdade de expressão no debate público sobre as questões civis. Ao discorrer sobre o egoísmo lógico, considera fundamental a liberdade de expressão, pois é o meio pelo qual nos asseguramos da verdade de nossos juízos. Kant argumenta que se essa liberdade “é recusada, nos é simultaneamente sub-

traído um grande meio de examinar a retidão de nossos próprios juízos, e seremos abandonados ao erro” (AA VII 128). Além disso, reitera por duas vezes as máximas que guiam o entendimento humano no processo de Esclarecimento ou de “saída da menoridade”: “pensar por si mesmo”, “pôr-se (na comunicação com seres humanos) no lugar do outro” e pensar sempre de acordo com a razão. (AA VII 228).

Entretanto, é notável como Kant exclui inteiramente a possibilidade de as mulheres fazerem uso de seu entendimento na esfera pública. Na já mencionada seção sobre as “fraquezas da mente”, ele afirma que, devido à limitação do uso de seu entendimento, as mulheres têm de ser sempre representadas por um homem que possa tomar as decisões em seu lugar nos assuntos civis. As mulheres não podem falar por si mesmas e são colocadas, por meio de dispositivos legais, em um estado permanente de menoridade legal ou civil (AA VII 209).

Assim, embora possuam o domínio da linguagem na esfera privada, a fim de convencer os homens a protegê-las, as mulheres só podem falar em defesa de seus interesses privados no interior da sociedade familiar. Quando se trata de questões civis, Kant as declara incapazes de falar por si mesmas, já que não podem fazer um uso apropriado de seu entendimento:

Ainda que, no tocante à fala, a mulher tenha pela natureza de seu sexo saliva suficiente para defender a si mesma e a seu marido diante de um tribunal (no que diz respeito àquilo que lhes pertence), e, portanto, possa ser declarada literalmente mais que capaz de falar por si própria (*übermündig*), ainda assim as mulheres não defendem pessoalmente os seus direitos, nem exercem por si mesmas seus deveres cívico-estatais, mas somente mediante um responsável (*Stellvertreter*), assim como tampouco convém a seu sexo ir à guerra, e essa menoridade legal (*gesetzliche Unmündigkeit*) no que se refere ao debate público a torna tanto mais poderosa no que se refere ao bem-estar doméstico: porque aqui entra o direito do mais fraco, que o sexo masculino, já por sua natureza, se sente convocado a defender. (AA VII 209).

A linguagem eloquente característica das mulheres é para Kant, portanto, inteiramente restrita à esfera privada. No âmbito político, elas não podem usar seu poder de persuasão para defender seus próprios direi-

tos sem a figura de um representante legal. São incapazes de pensar por si mesmas, de argumentar e debater publicamente e, por isso, estão excluídas da esfera das decisões políticas. Kant reitera desse modo o jogo desigual de dominação entre os sexos. As mulheres, ao se manterem longe da vida política e do debate público, reforçam a imagem de que são frágeis e exercem dessa maneira maior poder sobre os homens na esfera privada, exigindo com sua fragilidade a proteção da força masculina.

Em posição contrária, Wollstonecraft (2016) defende enfaticamente a igualdade entre homens e mulheres quanto à capacidade racional e à possibilidade de fazer uso do entendimento no âmbito civil. Propondo uma reformulação completa do sistema de ensino, argumenta que em primeiro lugar as meninas têm de ser ensinadas a exercitar seu entendimento, para que se tornem independentes e possam pensar por si mesmas. Esse fortalecimento do entendimento somente pode ocorrer em conjunto com o fortalecimento do corpo, portanto com a mudança da concepção de que as mulheres tenham como destinação agradar os homens por sua beleza, delicadeza e conversação. Em segundo lugar, juntamente com o ensino do exercício da reflexão e do entendimento deve ser assegurada a liberdade de expressão do pensamento. As mulheres têm de poder pensar por si mesmas e comunicar seus pensamentos, questionando a obediência cega e a submissão aos homens. Nesse sentido, Wollstonecraft afirma que a humanidade, compreendida como universalidade que inclui todas as mulheres, só se tornará mais sábia e virtuosa quando “uma política sã difundir a liberdade” (p. 60). Sendo assim, é fundamental não apenas para a ciência, mas para a política e para a moral que as mulheres sejam ensinadas a exercitar a sua razão e o pensamento abstrato, pois apenas a razão pode assegurar sua liberdade: “devemos cultivar o entendimento, para salvar a pobre criatura do estado frágil e dependente da mais inócua ignorância. É somente o uso adequado da razão que nos faz independente de tudo – exceto da límpida razão – ‘cuja função é a liberdade perfeita’” (p.157).

À luz da reivindicação de Wollstonecraft — de que as mulheres devem ter a liberdade de pensar por si mesmas, de comunicar livremente seus pensamentos e de pensar segundo as leis da razão —, não parece anacrônico afirmar que Kant apresenta uma concepção limitada e sexista sobre o papel das mulheres na esfera pública política. Filósofo atento ao

debate político de sua época², Kant não ignorava a intensa discussão sobre a emancipação e os direitos civis das mulheres que ocorria na França, na Inglaterra e mesmo na Prússia³. A reprodução de uma compreensão semelhante à de Rousseau em suas aulas de *Antropologia* não é irrefletida, mas resultado de uma decisão filosófica, de um posicionamento conceitual de Kant sobre as mulheres que não se deve negar, ignorar ou justificar.

REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. *Gesammelte Schriften*: Herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter, 1902.

KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Clélia Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

KLEINGELD, Pauline. The problematic status of gender-neutral language in the history of Philosophy: the case Kant. *The Philosophical Forum*, v. 25, n.2, Winter 1993.

HULSHOF, Monique. A mulher deve dominar, o homem governar: as considerações de Kant sobre a incapacidade civil da mulher na Antropologia. In: MOSCÓN, Pablo; LERUSSI, Natalia (org.). *Estudios sobre antropología kantiana*. Buenos Aires: RAGIF Ediciones, 2019.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou Da educação*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SCHRÖDER, Hannelore. Kant's Patriarchal Order. In: SCHOTT, Robin (ed.). *Feminist Interpretations of Immanuel Kant*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997. p. 275-296.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Trad. Ivania Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

² Tanto Schröder quanto Kleingeld procuram mostrar como Kant não apenas tinha conhecimento dos debates sobre direitos civis das mulheres – já que um de seus interlocutores era Theodor von Hippel, o autor de *Über die bürgerliche Verbesserung der Frauen* – como se recusava a conversar sobre filosofia ou política com mulheres eruditas de seu tempo, considerando-as como limitadas intelectualmente (Cf. SCHRÖDER, 1997, p.276; KLEINGELD, *op cit.*, p.143-144).

³ Apresento este debate em mais detalhe em meu artigo “A mulher deve dominar, o homem governar’: as considerações de Kant sobre a incapacidade civil da mulher na *Antropologia*”. (HULSHOF, 2019).